



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000636-92.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **CAMILA CAROLINA PIRES DA SILVA**
 Requerido: **Michel Aiello Pessoa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que foi casada com o réu e que quando se separou do mesmo deixou em seu poder um automóvel que estava no nome dela.

Alegou ainda que o réu se comprometeu a pagar as parcelas do financiamento do veículo, além de outros encargos atinentes a ele, mas não o fez.

O documento de fls. 03/04 respalda as alegações da autora.

Demonstra que quando da separação do casal um veículo, adquirido em nome da autora e por intermédio de financiamento, ficou para o uso exclusivo do réu, o qual assumiu o dever de quitar integralmente as parcelas desse financiamento, além de outros encargos.

Já em contestação o réu não refutou as aludidas obrigações, mas ressaltou que não possui condições financeiras para adimpli-las.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das **Horário de Atendimento ao Público** << Campo excluído do banco de dados >>

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, a condenação do réu ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em diligenciar a quitação das parcelas do financiamento do veículo em apreço e de outros débitos a ele inerentes (IPVA, DPVAT, licenciamento e multas, por exemplo) é incontroversa, com a ressalva de que o IPVA de 2013 tocará à autora porque quando da celebração do instrumento de fls. 03/04 já se tinha constituído o fato gerador para a incidência desse imposto.

De igual modo, a transferência de pontuação ao réu por multas imputadas à autora após 17 de maio de 2013, ou no mínimo a exclusão da mesma, é de rigor, uma vez patenteado que ela não teve ligação com tais fatos.

Todavia, não vingam os pedidos concernentes à transferência do automóvel para o réu e igualmente à transferência do financiamento do veículo para ele.

Isso porque essas providências dependeriam de anuência do agente financeiro (anoto inclusive que o veículo representa a garantia do pagamento do financiamento correspondente), que não é parte no processo e à evidência não poderia sofrer os reflexos do que venha aqui a ser decidido.

A tentativa de solução da questão perante a financeira não representa que isso se concretizará porque não se sabe se ela concordará com a modificação da parte contratante da autora para o réu.

Assim, os pedidos no particular carecem de respaldo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de dez dias, diligenciar a quitação das parcelas do financiamento do veículo em apreço e de outros débitos a ele inerentes (IPVA, DPVAT, licenciamento e multas, por exemplo, exceção feita ao IPVA de 2013), sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Consigno desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Transitada em julgado, oficie-se ainda ao DETRAN para que proceda à exclusão da pontuação incidente sobre a CNH da autora por multas oriundas de fatos posteriores a 17 de maio de 2013, transferindo-a ao réu, se houver condições para tanto.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I

São Carlos, 10 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**